

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015/SEMEC
PROCESSO Nº 1237/2015 – SEMEC

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

E-mail: _____ Opcional: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: _____ Fax: _____ Celular: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos, através de acesso aos sítios: www.comprasnet.gov.br e <http://www.belem.pa.gov.br/licitacao/>, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local/data: _____, ____ de _____ de 2015.

Assinatura

Senhor Licitante,

Objetivando eventuais comunicações entre a CPL/SEMEC e essa empresa, solicitamos o preenchimento do comprovante de retirada de Edital e remessa do mesmo à Comissão Permanente de Licitação, por meio do **fax (091) 3219-5124/5130** ou e-mail: cplsemec@gmail.com.

A não remessa do recibo exime a Comissão Permanente de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Belém-PA, 29 de abril de 2015.

Claudine Sarmanho Ferreira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria nº 0158/2015 - SEMEC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015-CPL/SEMEC

Processo Nº 1237/2015 - SEMEC

O **MUNICÍPIO DE BELÉM**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação-SEMEC, CNPJ: 05.055.033/0001-52, neste ato se fazendo representar **pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SEMEC**, mediante a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 0158, de 23/02/2015, publicada no Diário Oficial do Município Nº 12.755 de 26/02/2015, conforme autorização contida no art. 3º, do Decreto nº 75.004/2013-PMB, torna público a quem possa interessar a abertura de licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme condições e exigências contidas neste edital e em seus anexos.

Data: 15 / 06 / 2015.

Hora: 09:30.

Local: Av. Governador José Malcher, nº 1291, Bairro de Nazaré – Belém/PA, CEP 66.060-230.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 1.1. Lei Federal nº. 8.666/1993 demais alterações posteriores;
- 1.2. Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações posteriores;
- 1.3. Instrução Normativa MARE nº 05/1995 e suas alterações posteriores;
- 1.4. Decreto Federal nº 3.722/2001 e demais normas legais e regulamentos pertinentes;
- 1.5. Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências;
- 1.6. Decreto Federal nº 6.204, de 5 de setembro de 2007;
- 1.7. Normas pertinentes de direito privado;

2. OBJETO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para reforma da Unidade de Educação Infantil São Francisco, conforme especificações contidas no edital e demais anexos.
- 2.2. Todos os serviços devem obedecer às especificações e quantitativos contidos nos Anexos deste Edital.

3. ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Pedidos de esclarecimentos e impugnações aos termos do Edital deverão ser endereçados à Comissão Permanente de Licitação no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, conforme Art. 41, § 2º da Lei Federal nº. 8.666/93, por uma das seguintes formas:

- a) Mediante entrega protocolizada; e
- b) Por meio de Fax nº (0xx91) **3219-5124** ou e-mail: cplsemec@gmail.com, cpl.semec@cinbesa.com.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.2. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

3.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data da abertura da licitação, todavia, caso venha a apontar, depois da abertura dos envelopes, falhas ou irregularidades que viciaram o Instrumento Convocatório, tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.3. A impugnação será julgada pela Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que analisará as dúvidas suscitadas e responderá ao interessado em até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento daquela.

3.4. No caso de ser constatada a necessidade de alteração do Edital, seu extrato será republicado, na forma determinada pela Lei, reiniciando a contagem de prazo para apresentações das propostas.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no país e que atenda as exigências deste Edital e seus anexos, **exceto:**

- a)** Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b)** Declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.
- c)** Que esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- d)** Em processo de falência ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
- e)** Que se encontre em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação;
- f)** Que tenha em seu quadro de pessoal servidor ou dirigente da Prefeitura Municipal de Belém;
- g)** Cooperativas.
- h)** A Comissão Permanente de Licitação poderá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas do Portal da Transparência do Governo Federal, para verificar a existência de restrições legais à participação em licitação e contratação com a Administração Pública.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. Para fins de participação na licitação é recomendável que a empresa se faça representar por pessoa legalmente credenciada.

5.2. Entende-se por documento credencial, que deverá ser apresentado à Comissão de Licitação:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a) Cópia da última alteração contratual, de acordo com a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro) quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, acompanhado de cópia do documento de identidade.
- b) Procuração ou documento equivalente da empresa licitante, com poderes para mandatário, acompanhada de cópia da última alteração contratual e cópia do documento de identidade do representante legal do licitante.

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, por meio de seu representante legal, o (a) Sr. (a), credencia o (a) Sr.(a), nacionalidade, profissão, endereço, RG nº, CPF nº, para representar a empresa, com poderes para praticar todos os atos referentes ao Convite Nº/2015/SEMEC, inclusive manifestar-se e assinar em nome da empresa e interpor ou desistir de interpor recursos.

Localidade, ____ de _____ de 2015.

Nome completo e assinatura reconhecida em cartório do representante legal do licitante

5.3. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

5.4. Para fins de comprovação, o procurador/credenciado deverá trazer documento que ateste a legitimidade do mandatário/credenciante como representante legal da empresa.

5.5. A não apresentação ou apresentação incorreta dos documentos mencionados nos **subitens 5.2.a e 5.2.b** não inabilitará o licitante, mas impedirá seu representante de se manifestar e de responder pela empresa.

6. DA VISITA TÉCNICA

6.1. O licitante poderá vistoriar o local onde será executado o objeto desta licitação **até 01 (um) dia útil** anterior à data de abertura do certame, com objetivo de inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes.

6.2. O licitante interessado poderá realizar a visita ao local onde serão executados os serviços, no horário comercial. A vistoria deverá ser realizada por profissional especialmente credenciando como representante da empresa licitante, **devendo este identificar-se junto à direção da escola.**

Endereço da UEI São Francisco: Estrada do São Francisco, Mosqueiro, Município de Belém / PA.

6.3. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta **Tomada de Preços**.

6.4. O Licitante deverá apresentar declaração de visita técnica ou de plena ciência do local dos serviços objeto desta licitação, emitida pelo próprio licitante, conforme Modelo constante no Anexo XI.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

7.1. O licitante concorrente deverá apresentar a documentação e proposta em envelopes fechados e distintos, endereçados à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMEC**, com as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMEC
A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº/ 2015/SEMEC
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE COM C.N.P.J.

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMEC
A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº/ 2015/SEMEC
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE COM C.N.P.J.

7.2. Após o recebimento dos envelopes, nenhum outro documento, adendo, acréscimo, substituição ou alteração será aceito pela Comissão.

7.3. Após finalizado o credenciamento dos participantes, não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 01

8.1. Para habilitação neste certame o licitante interessado deverá:

8.1.1. Estar cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e com toda a documentação em plena validade; ou,

8.2. Apresentar, dentro do **ENVELOPE nº. 01**, lacrado, os seguintes documentos:

a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual; **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado na instituição competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; **Decreto de autorização**, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ**;

c) Prova de regularidade para com as **Fazendas Federal, Estadual e Municipal**, na forma da Lei;

d) Prova de regularidade para com a **Seguridade Social (INSS)**;

e) Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT)

g) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede jurídica da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

g.1) Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa a recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão do licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.

h) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado junto ao órgão competente, podendo ser atualizados quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. **O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade do domicílio ou sede do licitante.**

i) Demonstração da boa situação financeira que será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), os quais deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

1. Índice de Liquidez Geral (ILG) não inferior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} > 1,00$$

2. Índice de Liquidez Corrente (ILC) não inferior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC} > 1,00$$

3. Índice de Solvência Geral (SG) não inferior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP} > 1,00$$

4. Índice de Endividamento (IEN) não superior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

$$IEN = \frac{PC + ELP}{AT} < 1,00$$

Obs: Os fatores constantes das fórmulas acima serão extraídos do Balanço Patrimonial exigido neste Edital, onde:

AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo
AT = Ativo Total

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

j) Comprovação do Licitante de possuir capital social integralizado, no valor mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor orçado para esta licitação, sob pena de inabilitação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da lei.

8.3. As empresas que, porventura, ainda não tiverem concluído seu primeiro exercício social e, conseqüentemente, não possuírem Balanço Patrimonial exigível na forma da lei, poderão participar da licitação mediante apresentação do Balanço de Abertura, em conformidade com a legislação contábil, para a comprovação de sua qualificação econômico-financeira.

8.4. O licitante devidamente cadastrado no SICAF com habilitação parcial em plena validade poderá deixar de apresentar os documentos elencados nos **subitens 8.2.c, 8.2.d, 8.2.e e 8.2.i**. Os demais documentos descritos no referido subitem e que não estejam registrados no SICAF ou se encontrem com a validade vencida deverão ser apresentados obrigatoriamente, sob pena de inabilitação.

8.5. Capacitação Técnica:

a) Registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU de sua jurisdição, onde conste seus responsáveis técnicos.

b) Capacidade técnico-profissional – Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, profissional devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação. A comprovação da capacidade técnica será feita por meio de certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

b.1) A comprovação do vínculo empregatício com o licitante será mediante o Contrato Social, no caso de sócio, ou através da Certidão de Registro e Quitação expedida pelo CREA ou CAU, na qual conste o nome do profissional detentor do Atestado de Responsabilidade Técnica de que trata o subitem acima.

c) Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA ou CAU do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto.

d) O nome do responsável técnico indicado deverá constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados para qualificação técnica do **licitante**.

8.5.1. As certidões emitidas pelo CREA ou CAU deverão estar em plena validade.

8.6. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação, conforme Anexo VIII;

b) Declaração de cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e Lei nº. 9.854/99, conforme Anexo VIII;

c) Declaração autorizando a PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM para investigações complementares que se fizerem necessárias, conforme Anexo VIII;

d) Declaração de fidelidade e veracidade dos documentos apresentados, nos termos do modelo constante no Anexo VIII deste Edital.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

e) Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme Anexo IX deste Edital, no caso da empresa estar devidamente enquadrada com tal nos termos da Lei.

f) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Anexo X.

g) Declaração de Visita Técnica/Plena Ciência, conforme modelo no Anexo XI.

h) Declaração de que tem condições de mobilizar equipamentos e pessoal suficiente para execução dos serviços, conforme Modelo do Anexo VIII.

8.8. A utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 e alterações posteriores pela Lei nº 147/2014, por licitante que **não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação das penalidades cabíveis.**

8.8.1. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no item 21 deste edital.

8.8.2. A SEMEC, considerando o teor do **Acórdão TCU nº 298/2011 – Plenário**, adotará procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de demonstrativos contábeis e/ou outros documentos que julgue necessários, a fim de ratificar o atendimento, pelos licitantes, às exigências da LC nº 123/2006 e do Decreto 6.204/2007.

8.9. Os documentos emitidos pela INTERNET, deverão ser apresentados em original ou autenticados por Cartório competente, e, somente terão validade, após a verificação de autenticidade por parte da Comissão Permanente de Licitação, no ato da análise da documentação.

8.10. A não apresentação dos documentos acima referenciados implicará na inabilitação do licitante.

8.11. Os documentos mencionados neste Capítulo deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento do licitante, vigentes à época da abertura da licitação, podendo ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para a conferência pela Comissão Permanente de Licitação, ou por publicação em órgão de imprensa oficial.

9. DA PROPOSTA - ENVELOPE Nº 02

9.1. A proposta deverá ser elaborada com base neste Edital, redigida em língua portuguesa, em impresso próprio da firma licitante, devendo ser apresentada simultaneamente com o envelope de "Habilitação", em uma via impressa, isenta de emendas, rasuras, ressalvas, alterações ou entrelinhas, em envelope fechado, contendo na sua parte externa e frontal, além da razão social do licitante, os mesmos dizeres do envelope de habilitação, substituindo-se o termo Habilitação pelo termo "Proposta".

9.2. A Proposta deverá conter:

9.2.1. Preço fixo e irrevogável dos serviços, em algarismos e por extenso, em moeda corrente do país observando o limite abaixo:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Para construção da unidade, valor máximo admitido em conformidade com o disposto no inciso X do art. 40 da Lei n. 8.666/93: R\$ 445.048,28 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, quarenta e oito reais e vinte e oito centavos);

- a) **Os preços unitários (sem o BDI) não poderão ser superiores aos valores constantes no Orçamento Prévio Estimado** (Anexo II e III).
- b) **Cronograma físico-financeiro** em que constem todas as etapas de execução e cronograma de desembolso dos serviços (Anexo IV);
- c) **Orçamento** constante de planilhas com indicação de preços por item, unitário e total, em moeda corrente do país.
- d) **Composição de custos unitários** constando obrigatoriamente os quantitativos de material e mão de obra, bem como os percentuais adotados para os encargos sociais e BDI (Anexo V).
- e) **Planilhas de composição analítica das taxas de B.D.I.** - Bonificação e Despesas Indiretas, (Anexo VI), sendo OBRIGATÓRIA à indicação de Taxa Percentual positiva para cada um dos itens listados no modelo, e vedada a inclusão de quaisquer despesas passíveis de mensuração objetiva na proposta, tais como transporte de materiais, equipamentos e Administração Local.
- f) **Planilhas de composição analítica das taxas de Encargos Sociais de Horistas e de Mensalista** aplicadas, conforme (Anexo VII), sendo OBRIGATÓRIA a indicação de Taxa de Percentual positiva para cada um dos itens listados no modelo.
- g) **Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias** contados da data da abertura da Licitação.
- h) **Prazo para execução dos serviços**, que não deverá ultrapassar 90 (noventa) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço;
- i) **Declaração explícita do prazo de garantia integral dos serviços**, que deverá ser no **mínimo de 5 (cinco) anos**, na forma do artigo 618 do Novo Código Civil, durante o qual o licitante se compromete em solucionar os problemas decorrentes de falhas ou inadequações do serviço, num prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da comunicação formal da SEMEC e do recebimento pela CONTRATADA, na forma do art. 69 combinado com o art.73, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações

9.3. O prazo de garantia exigido no item “i” começa a contar a partir da emissão do atestado de conclusão definitiva dos serviços, expedido pela Secretaria Municipal de Educação-SEMEC, em consonância com as disposições legais pertinentes.

9.4. As propostas poderão conter outros dados e informações que a critério do licitante, sirvam para melhor documentar e esclarecer as obras a serem executadas.

9.5. A Proposta deverá ser assinada e carimbada na última folha e rubricada nas demais, pelo representante legal do licitante, e suas folhas numeradas sequencialmente.

9.6. Não serão permitidas emendas, rasuras, ressalvas, adendos, alterações, acréscimos, substituições ou entrelinhas a documentação ou a propostas, exceto a promoção de diligências que a Comissão entender necessárias, bem como a autenticação de documentos pela Comissão de Licitação, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou para instrução de eventuais recursos interpostos.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10. PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

10.1. A licitação será processada e julgada nos termos da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, e da IN MARE nº. 05/95, suplementada pelas demais legislações vigentes que regem a matéria.

10.2 A Comissão consultará o SICAF, para fins de habilitação dos proponentes regularmente habilitados e cadastrados, conforme IN MARE 05/95-MARE de 21.06.95.

10.3. Da sessão será lavrada em ata circunstanciada que registrará todas as ocorrências que interessem ao julgamento da licitação.

10.4. As dúvidas que surgirem durante a reunião serão esclarecidas a juízo da presidência ou deixadas para posterior deliberação, devendo o fato ser registrado em ata, em ambos os casos.

10.5. Os concorrentes deverão examinar todas as propostas, devendo rubricá-las juntamente com os membros da Comissão.

10.6. A Comissão de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, decidir pelo exame e julgamento da documentação na mesma sessão de abertura da licitação ou em outra, em data a ser oportunamente divulgada, quando, então os licitantes terão vista da documentação.

10.7. Anunciado o resultado da habilitação, o Presidente da Comissão de Licitação interpelará os licitantes quanto à intenção de interpor recurso, que, se havendo desistência expressa, será lavrada em ata podendo, neste caso, dar prosseguimento aos trabalhos, com a abertura dos envelopes da Proposta.

10.8. Caso os envelopes contendo a documentação e propostas não sejam abertos na mesma sessão, todos os envelopes permanecerão lacrados, rubricados por todos os membros da Comissão de Licitação e pelos licitantes presentes, ficando sob a guarda da Comissão até a data marcada para a realização de nova sessão, devendo constar em ata essa ocorrência, com a indicação da quantidade de envelopes recebidos.

10.9. O não comparecimento do licitante ao ato de abertura das propostas ou falta de assinatura na respectiva ata, quando for o caso, implicará a aceitação das decisões da Comissão de Licitação.

10.10. Das reuniões para recebimento e abertura dos invólucros de documentos de habilitação e propostas, dos questionamentos feitos e as demais ocorrências que interessem ao processamento da licitação, serão lavradas em atas circunstanciadas, devendo as mesmas serem assinadas pelos membros da Comissão e também por todos os licitantes.

10.11. Quaisquer declarações, reclamações ou impugnações feitas posteriormente à lavratura das atas não serão levadas em consideração.

11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, na forma do art.45, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, desde que atenda as especificações técnicas constantes do Edital desta licitação.

11.2. A Comissão de Licitação processará a abertura dos envelopes das Propostas dos licitantes habilitados, desde que tenha havido renúncia expressa e unânime do direito de

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

recorrer ou, se findo o prazo legal, não tenha havido interposição de recurso ou, ainda, após o julgamento de eventuais recursos interpostos.

11.3. Após abertos os envelopes, todas as propostas serão lidas em voz alta e rubricadas a cada folha pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação.

11.4. Serão desclassificadas as propostas que sejam omissas, vagas, imponham condições, ocasionem dúvidas quanto ao seu teor, contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis ou não atendam aos requisitos deste Edital e seus anexos.

11.5. Nenhuma proposta deverá incluir qualquer vantagem não prevista neste Edital, ou apresentar preço ou vantagem baseados nas ofertas dos demais licitantes.

11.6. Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, será efetuado sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados na forma do § 2º art. 45 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

11.7. É assegurada, na presente licitação, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

11.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **10% (dez por cento) superiores** ao melhor preço obtido (menor proposta).

11.7.2. Ocorrendo o disposto no subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

11.7.2.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

11.7.2.2. Não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do **item 11.7.1** deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.7.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no **item 11.7.1** deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

11.7.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **item 11.7.2.1.**, voltará à condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.

11.7.5. O tratamento diferenciado a que aludem os subitens anteriores somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.7.6. Caso todas as propostas sejam desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para que os licitantes habilitados, apresentem novas propostas, escoimadas das causas que determinaram a sua desclassificação, na forma do art. 48, § 3º, do Estatuto das Licitações.

11.7.7. As propostas apresentadas serão encaminhadas ao Departamento de Manutenção – DEMA/SEMEC para fins de análise técnica.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.7.8. Na Proposta de Preço, no caso de discordância entre os preços unitários e os preços resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros, devendo a Comissão de Licitação proceder às correções necessárias, inclusive com relação ao preço global.

11.7.9. Não se admitirá preço Global ou Unitários (sem BDI) superiores ao Orçamento Estimado pela Administração, conforme Planilha de Previsão de Custos.

11.7.10. Na elaboração das propostas serão observadas as legislações vigentes (Tabela dos valores de mão-de-obra do Sindicato da Construção Civil e Lei Federal 12.844/2013 que trata da desoneração da folha de pagamento).

11.7.11. APÓS A ANÁLISE TÉCNICA SERÁ DIVULGADO O RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DE JULGAMENTO.

12. DOS RECURSOS

12.1 Das decisões proferidas pela Comissão de Licitação, caberá:

- a) Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, em consonância com o art. 109, incisos I e II e no parágrafo 4º da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, dirigidos por escrito à autoridade superior, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

12.2. O recurso previsto nas alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 109 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

12.3. O recurso interposto, na forma do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, deverá ser entregue contra recibo, na sala da Comissão de Licitação, e será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da comunicação efetuada pela Administração, podendo, ainda qualquer licitante, dentro do prazo legal, obter vistas do processo.

12.4. Somente serão considerados os recursos devidamente fundamentados, protocolizados dentro do prazo legal.

12.5. Mantida a decisão da Comissão de Licitação, caberá representar a autoridade competente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil subsequente à data de sua comunicação, que decidirá sobre a sua procedência ou não, após manifestação do setor jurídico da SEMEC ou, se for necessário, poderá ser instada a manifestação da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos (SEMAJ) da Prefeitura Municipal de Belém.

13. CONVOCAÇÃO DO LICITANTE VENCEDOR

13.1. Até a assinatura do contrato, a SEMEC pode desqualificar licitantes por despacho fundamentado, sem que estes tenham direitos a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone a idoneidade ou a capacidade financeira, técnica ou administrativa, inclusive sua inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados).

13.2. Após homologado o resultado da licitação, a SEMEC convocará o licitante vencedor para que preste, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento da comunicação

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

oficial, a garantia de execução dos serviços e fiel cumprimento do contrato, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratado, podendo optar entre caução em dinheiro, títulos de dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia.

13.3. Prestada a garantia, a adjudicatária será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da comunicação oficial, a fim de formalizar o compromisso assumido pelas partes.

13.4. O prazo de convocação a que se referem os subitens anteriores poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado oficialmente durante o seu transcurso pela parte interessada e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

13.5. Se o licitante vencedor não prestar a garantia ou desistir de retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente ou deixar de cumprir a exigências relativas à apresentação da documentação exigida para a contratação, na forma disposta neste Edital, sem justificativa, tempestiva e por escrito, aceita pela SEMEC, restarão caducos os seus direitos de vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções prevista neste Edital.

13.6. É facultado à Administração, quando ocorrer à hipótese do item anterior, adjudicar o objeto licitado aos licitantes remanescentes, convocados na ordem de classificação, desde que nas mesmas condições da proposta da primeira colocada, ou a licitação poderá ser revogada, caso em que se aplicará a primeira colocada, por inexecução total do contrato, a critério da SEMEC, qualquer das sanções previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

14. ANULAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

14.1. A SEMEC poderá além das hipóteses previstas no item anterior, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, revogar a presente licitação a qualquer momento, antes da assinatura do contrato dela decorrente ou, em caso de constatação de ilegalidade, anular no todo ou em parte, o procedimento licitatório.

14.2. Na ocorrência de revogação do procedimento licitatório, não será devida ao licitante qualquer tipo de indenização, inclusive por lucros cessantes.

14.3. A anulação do procedimento licitatório, ocorrida antes da retirada do instrumento contratual equivalente, não gera obrigação da SEMEC, indenizar licitantes, sob qualquer das hipóteses.

14.4. Da anulação ou da revogação do procedimento licitatório cabe recurso a ser dirigido à autoridade superior competente, na forma do inciso I, alínea "c" do art. 109 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

15. RESCISÃO

15.1. A rescisão das obrigações decorrentes da presente licitação se processará de acordo com o que estabelece a Seção V, Cap. III, da Lei nº 8666/93.

16. GARANTIA

16.1. O licitante vencedor deverá apresentar como garantia da execução dos serviços e fiel cumprimento do contrato caução em dinheiro ou títulos de dívida pública; ou seguro-garantia; ou fiança bancária, correspondente a **5 % (cinco por cento) do valor do contrato**.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16.1.1 Caso a garantia prestada consista em títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.2 Nos pagamentos de serviços extraordinários, caso existam, serão retidos **5% (cinco por cento) como garantia complementar**, de acordo com a modalidade optada pela proponente vencedora obedecendo ao mesmo critério mencionado no subitem **16.1**;

16.3 A garantia destina-se a assegurar o cumprimento das normas da presente licitação, a boa e fiel execução do contrato e o pagamento de eventuais multas;

16.4 No caso de rescisão do contrato por inadimplemento da contratada será, imediatamente, acionada a garantia para sanar possíveis prejuízos acarretados ao contratante, independente da aplicação de outras sanções;

16.5 Na hipótese de não correção, pela contratada, de anormalidades verificadas nos serviços pela **fiscalização da SEMEC**, esta descontará da caução contratual a importância correspondente aos referidos serviços, cuja execução providenciará;

16.6 Sem prejuízo de aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMEC** recorrerá às garantias constituídas, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a contratada, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial, ou extrajudicial, por perdas e danos;

16.7 Havendo prorrogação do prazo de conclusão dos serviços, o prazo de validade da garantia deverá ser prorrogado por igual período.

16.8 A garantia será liberada pela **Diretoria Administrativa e Financeira da SEMEC**, quando assinado o **Termo de Recebimento Definitivo, mediante solicitação formal da contratada**;

17. ÔNUS E ENCARGOS

17.1. Serão de inteira e exclusiva responsabilidade da firma vencedora na forma do art. 71 da Lei nº 8.666/93, os salários dos empregados e todos os encargos previstos pelas leis fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, inclusive os relativos a acidentes de trabalho, impostos, gratificações, etc., decorrentes do contrato que venha a ser celebrado.

17.1.1. A inadimplência da Contratada para com os pagamentos acima referidos não transfere o ônus da responsabilidade à Contratante, nem poderá onerar o contrato.

17.2. Caberá ao licitante vencedor:

- a) Responder pelos danos eventualmente causados às instalações dos prédios, mobiliário, máquinas e demais pertences da SEMEC, ainda quando praticados involuntariamente por seus empregados.
- b) Assumir inteira responsabilidade por acidentes de trabalho quando em serviço ou em trânsito, no prédio onde serão executados os serviços, devendo tomar todas as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados.
- c) Manter em atividade o número de empregados contratados em quantidade necessária ao bom desenvolvimento dos serviços;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- d) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.
- e) Substituir, sempre que exigido pela Contratante, através de memorando, independentemente de justificação por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público.
- f) Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, nos termos constantes nos Anexos deste Edital, devendo os materiais a serem empregados receber prévia aprovação da Contratante, que se reserva o direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam os padrões específicos, ou não possuírem certificação consoante as normas da ABNT.
- g) Responsabilizar-se inteiramente pela boa execução dos serviços, pelo fornecimento dos materiais conforme especificação técnica e mão-de-obra qualificada, bem como pelo fiel cumprimento da programação desses serviços, previstos neste Edital e seus anexos;
- h) Cumprir as exigências legais sobre higiene e segurança do trabalho, inclusive promovendo palestras sobre o assunto para os seus empregados;
- i) Cadastrar os empregados no Departamento de Manutenção da SEMEC, bem como mantê-los, quando em serviço, uniformizados e portando “CRACHÁ” de identificação e com equipamento necessário para o bom desempenho dos serviços, de acordo com a utilização prevista pela SEMEC.
- j) Exercer controle sobre assiduidade e pontualidade de seus empregados.
- k) Manter no local da obra ou serviços de engenharia o “Livro Diário” que será destinado às anotações de ocorrências diárias, assim como às comunicações com a Fiscalização da SEMEC.

18. DO CONTRATO

18.1 O Contrato a ser celebrado com o licitante vencedor, terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, cuja minuta consta de anexo ao Edital.

18.2 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

18.3 Correrão por conta da Contratante as despesas de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, que será providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

18.4 O contrato a ser assinado com o licitante vencedor terá sua vigência em: **150 (cento e cinquenta) dias corridos**, conforme cronograma físico-financeiro apresentado pelo Departamento de Manutenção da SEMEC, a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação no DOM.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

19.1 Executado o contrato, o objeto será recebido.

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação escrita do contratado;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos avençados no contrato, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

19.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui o licitante da responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, dentro das limitações estatuídas, quer pelo contrato, quer por legislação pertinente.

20. PENALIDADES

20.1 Os atos praticados por licitantes ou contratados, contrários ao objetivo desta licitação ou de satisfação total ou parcial à obrigação assumida, sujeitam-se os faltosos às penalidades estabelecidas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, garantida, sempre a defesa prévia, recurso e vistas do processo na forma estabelecida pela lei, a saber:

a) Multa de mora de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do serviço não realizado, por atraso injustificado na execução dos serviços, a juízo da Administração;

b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

⇒ Advertência;

⇒ Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a juízo da administração.

⇒ Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

⇒ Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em caso de falta maior, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de sanção anteriormente mencionada.

20.2 Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a contratante poderá proceder à rescisão unilateral do Contrato, hipótese em que o contratado também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital.

20.3 As multas a que se referem às alíneas “a” e “b” deste item, após regular processo administrativo, poderão ser descontadas da garantia do respectivo contratado, sendo que se as mesmas forem de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos, pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, nos termos do § 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

20.4 A defesa a que alude o caput deste item deverá ser exercida pelo interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo o interessado juntar documentos, na forma do art. 87, § 2º da Lei nº 8.666/93.

20.5 A aplicação da pena de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique antes sanções previstas em lei.

20.6 Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

20.7 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificados e aceitos pela Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, o licitante vencedor ficará isento das penalidades mencionadas.

20.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

21. PAGAMENTO

21.1 O preço ajustado será total, fixo, definitivo e irrevogável, expresso em moeda corrente do país.

21.2 O pagamento dos serviços contratados será efetuado, na forma do art. 40, inciso, XIV, alínea “a” da Lei nº 8.666/93, mediante medições dos serviços efetivamente realizados, obedecendo aos percentuais definidos no cronograma físico-financeiro, após ser atestada pela fiscalização da SEMEC a efetiva execução das etapas previstas nesse cronograma, nas especificações técnicas e no Edital Convocatório.

21.3 Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto não for comprovado o recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, e da verificação do integral cumprimento do item 02 do Anexo IV da IN nº 02, de 30.04.08 da SLTI/MPOG, bem como, apresentada nota fiscal/fatura devidamente atestada por servidor designado, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº. 8.666/93, e suas modificações, ou enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

21.4 Para fins de pagamento deverão ainda ser apresentados os seguintes documentos:

21.4.1 Registro da obra no CREA/PA;

21.4.2 Matrícula da obra no INSS; e

21.4.3 Relação dos Empregados – RE, com a devida comprovação de recolhimento do FGTS e do INSS respectivos.

21.5 De igual modo, nenhum pagamento será efetuado antes de comprovada, mediante consulta “online” no SICAF, a situação de regularidade da contratada.

21.6 Após o devido processamento o pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante a emissão de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, designado pela SEMEC.

21.6.1. Aludido pagamento será creditado em nome da adjudicatária, através de ordem bancária indicada em Nota Fiscal, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco e agência, localidade, número de conta-corrente e CNPJ da empresa.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

22. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. As despesas decorrentes das contratações dos serviços, objeto desta licitação correrá à conta do(s) seguinte(s) recurso(s):

Funcional Programática: **2.08.21.12.361.0002.1004 - Construção, Ampliação e Reforma e Aparelhamento da Rede Física Educação;**
Elemento de Despesa: **339039;**
Fonte de Recurso: **0115049001 (Recursos do Tesouro Municipal).**

23. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

23.1 O valor estimado para a realização dos serviços: R\$ 445.048,28 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, quarenta e oito reais e vinte e oito centavos).

23.2. Valor máximo estabelecido com base no **inciso X do art. 40 da Lei n. 8.666/93.**

24. FISCALIZAÇÃO

24.1 A **SEMEC** exercerá ampla e irrestrita **fiscalização** na execução dos serviços, objeto desta licitação, a qualquer hora, pelo Departamento de Manutenção da **SEMEC**, sendo a mesma realizada, individual ou conjuntamente, para todos os efeitos, adotando os procedimentos e padrões previstos nos projetos, nas especificações técnicas e nas orientações de aparelhamento;

24.1.1 A fiscalização da **SEMEC** poderá exigir a substituição de qualquer empregado do licitante vencedor, de acordo com o interesse dos serviços, o que deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação;

24.1.2 A fiscalização exercida não reduz, nem exclui a responsabilidade da empresa vencedora, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

24.2 O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução dos serviços, será o **DIÁRIO DE OBRAS**, fornecido pela empresa, onde tanto a contratada quanto a **fiscalização**, deverão registrar anotações diárias, visando à comprovação real do andamento da obra e execução dos termos do contrato, sendo visado por ambas as partes.

24.2.1 O DIÁRIO DE OBRAS deverá ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que, efetivamente, a empresa iniciar os serviços.

24.3 Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições, serão recebidos, provisoriamente, pela fiscalização ou pelo responsável por seu acompanhamento, que lavrará o **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.**

24.3.1 Para o recebimento provisório, a **CONTRATADA** deverá fornecer à **SEMEC**, se existirem, os certificados de garantia dos equipamentos instalados na obra, bem como os compromissos de manutenção gratuita e os manuais de operação e manutenção de máquinas, instalações e equipamentos;

24.4 Decorridos **30** (trinta) dias do **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, se os serviços de correção das anormalidades, porventura verificados forem executados e aceitos pela **fiscalização da SEMEC** e, comprovados os pagamentos da contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, mediante a apresentação do

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Certificado de Quitação do **INSS** e o comprovante do **FGTS**, será lavrado o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS:

25.1 Na Proposta de Preço, no caso de discordância entre os preços unitários e os preços resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros, devendo a Comissão de Licitação proceder às correções necessárias, inclusive com relação ao preço global.

25.2 Não serão permitidas emendas, rasuras, ressalvas, adendos, alterações, acréscimos, substituições ou entrelinhas a documentação ou a propostas, exceto a promoção de diligências que a Comissão entender necessárias, bem como a autenticação de documentos pela Comissão de Licitação, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou para instrução de eventuais recursos interpostos.

25.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação da documentação e propostas relativas ao presente Edital.

25.4 Os licitantes deverão cumprir as recomendações deste Edital, uma vez que a inobservância de quaisquer de suas disposições constitui motivo de invalidação irreversível das propostas.

25.5 É facultada à Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25.6 Após cada fase da licitação, os autos do processo ficam automaticamente à disposição para vistas aos interessados pelo prazo necessário à interposição de recursos.

25.7 Os recursos serão dirigidos à Secretária Municipal de Educação, através da Comissão de Licitação, sendo que esta poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse prazo, encaminhá-los àquela Autoridade, a qual, sendo devidamente informada fará a sua apreciação e decisão no mesmo prazo, ouvido a Assessoria Jurídica da SEMEC.

25.8 O licitante é responsável pela fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, pela manutenção do compromisso de fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas, dentro do prazo de validade das propostas.

25.9 O licitante vencedor fica ciente que deverá possuir certificação digital para assinatura do contrato com a SEMEC (RN Nº11.536/2014-TCM/PA).

25.10 A simples participação na licitação implica na aceitação integral e irrevogável das normas e condições deste Edital e seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

25.11 A SEMEC não tomará em consideração alegações posteriores de enganos, erros ou distrações, verificados nos preços apresentados.

25.12 Serão lavradas Atas circunstanciadas das sessões públicas realizadas, onde ficarão registrados os fatos mais importantes ocorridos, tais como: convocações, eventuais reclamações, impugnações ou intenção de interpor recursos, etc. As Atas serão assinadas pelos representantes dos licitantes e pelos membros da Comissão de Licitação.

25.13 A licitação poderá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.14 Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado poderá também a licitação ser revogada.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

25.15 A anulação da licitação induz à do Contrato e não gera obrigação de indenizar, exceto pelo que já foi fornecido até a data em que ela for declarada, desde que não seja imputável a culpa, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

25.16 Não serão considerados motivos de desclassificação simples omissões ou irregularidades na proposta, desde que sejam irrelevantes para o procedimento da licitação que não prejudiquem o entendimento da proposta, que não causem prejuízo para a administração e não firam os direitos dos demais licitantes.

25.17 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

25.18 O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem deste processo será o da Justiça Estadual, Município de Belém, Estado do Pará, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

25.19. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

26. Fazem parte integrante deste Edital:

- Anexo I - Especificações Técnicas;
- Anexo II - Planilha de Custos;
- Anexo III - Planilha de Serviços Elétricos;
- Anexo IV - Cronograma físico-financeiro;
- Anexo V - Modelo de composição de preços unitários;
- Anexo VI - Modelo de composição de taxas BDI;
- Anexo VII - Modelo de Composição analítica de encargos sociais;
- Anexo VIII - Modelos de Declarações;
- Anexo IX - Declaração de Enquadramento de ME e EPP;
- Anexo X - Declaração Independente de Proposta;
- Anexo XI - Declaração de Visita Técnica ou de Plena Ciência;
- Anexo XII - Minuta do Contrato;
- Anexo XIII - Plantas Baixas;

.Belém, 29 de abril de 2015.

Claudine Sarmanho Ferreira
Presidente da CPL/PMB/SEMEC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA
REFORMA DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO
INFANTIL SÃO FRANCISCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Estas especificações se destinam à reforma da Unidade de Educação Infantil São Francisco, localizada na Estrada do São Francisco, Mosqueiro, município de Belém/Pa, sob o regime de empreitada global.

1) DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1) Observância das Normas

Os serviços contratados deverão ser executados obedecendo às Normas Técnicas, a esta especificação, e aos Projetos fornecidos.

1.2) Verificação preliminar dos documentos

Compete à Contratada fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos e projetos fornecidos, incluindo detalhes e demais documentos, para a execução da referida obra.

1.3) Visita ao local da obra

A visita ao local onde serão executados os serviços para verificar as condições locais, e tomar conhecimento das dificuldades para implementação da obra, poderá ser feita por representante legal da empresa.

1.4) Dúvidas e modificações

Em caso de dúvida na interpretação dos documentos contratuais deverá ser consultada a Fiscalização, a quem caberá fazer o devido esclarecimento.

Toda e qualquer modificação que se fizer necessária nos projetos, detalhes ou especificações, durante a fase de execução da obra, só deverá ser efetuada com a prévia autorização da Fiscalização.

1.5) Ocorrências

A Contratada deverá manter na obra um Livro de Ocorrências destinado às anotações diárias sobre o andamento da Obra, bem como, observações a serem feitas pela Fiscalização quando necessário, podendo também pronunciar-se através de Ofício ou Memorando devidamente protocolado.

1.6) Emprego de materiais

O emprego dos materiais estará sujeito à Fiscalização, que decidirá a utilização dos mesmos, face às normas da ABNT e a compatibilidade com o projeto.

Todos os materiais a serem empregados na Obra deverão ser de primeira qualidade, inteiramente fornecidos pela Contratada, e devem satisfazer às presentes especificações.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

As amostras dos materiais aprovados pela Fiscalização deverão ser cuidadosamente conservadas no canteiro de obras até o final dos trabalhos, de forma a facilitar, a qualquer tempo, a verificação de sua compatibilidade com os materiais fornecidos ou já empregados.

Os materiais especificados poderão ser substituídos por outros rigorosamente similares, desde que expressamente autorizados pela Fiscalização.

1.7) Emprego de mão-de-obra

A mão-de-obra empregada na obra deverá ser especializada, sendo obrigatória a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) apropriados a cada caso, visando à melhor segurança dos empregados. A Contratada deverá fornecer também, uniforme em quantidade suficiente aos seus trabalhadores.

1.8) Responsabilidade da Contratada

A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas sub-contratadas.

1.9) Divergência de documentos

Para as divergências ou discrepâncias verificadas entre documentos contratuais fica estabelecido:

- a) em caso de divergência entre as especificações e os desenhos dos projetos Arquitetônico, Estrutural e de Instalações, deverá ser consultada a Fiscalização;
- b) em caso de divergência entre as cotas dos desenhos, e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras;
- c) em caso de divergência entre os desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de escala maior;
- d) em caso de divergência entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes.

2) SERVIÇOS PRELIMINARES E GERAIS

2.1) Ligações Provisórias

A Contratada ficará responsável pelo pedido das ligações provisórias de água e energia junto às Concessionárias, bem como, pelo pagamento do consumo mensal.

2.2) Limpeza do terreno

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Antes da locação da obra a área do terreno deverá ficar totalmente limpa, devendo ser executados os serviços de capina e limpeza com remoção dos detritos.

2.3) Placa da Obra

A placa da obra deverá ser confeccionada em chapa de ferro galvanizado, conforme modelo fornecido pela Contratante, e instalada no local indicado pela Fiscalização.

2.4) Instalações provisórias

A Contratada deverá executar as instalações provisórias para banheiros e sanitários dos empregados com utilização de fossa séptica e sumidouro, cujas instalações deverão obedecer às normas de higiene, e a Legislação vigente.

2.5) Equipamentos e Maquinaria

A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos, assim como, maquinaria e ferramentas necessárias à execução dos serviços.

2.6) Administração da Obra

A Contratada deverá manter na direção da obra um Engenheiro Civil, ou Arquiteto, que acompanhará sua execução, além de um Mestre de obras e demais pessoas necessárias à administração do canteiro. A vigilância da obra também ficará sob responsabilidade da Contratada.

2.7) Andaime

Ao andaime será em metálico, e seguirá as normas da NR18.

O dimensionamento dos andaimes, sua estrutura de sustentação e fixação, deve ser realizado por profissional legalmente habilitado.

Os andaimes devem ser dimensionados e construídos de modo a suportar, com segurança, as cargas de trabalho a que estarão sujeitos.

O piso de trabalho dos andaimes deve ter forração completa, antiderrapante, ser nivelado e fixado de modo seguro e resistente.

Devem ser tomadas precauções especiais, quando da montagem, desmontagem e movimentação de andaimes próximos às redes elétricas.

Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, com exceção do lado da face de trabalho.

2.8) Placa de Inauguração

A placa de inauguração será em aço escovado gravado baixo relevo e logo pintados medindo 35x50cm, conforme modelo fornecido pela contratante.

2.9) Placa de Identificação

Placa de identificação de fachada em ACM, adesivado, conforme modelo da fiscalização, nas dimensões de 3,00x1,00m.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3) MOVIMENTO DE TERRA E FUNDAÇÕES

3.1) Preparo do terreno

A Contratada executará todo o movimento de terra necessário e indispensável para o nivelamento do terreno e manuseio dos equipamentos.

As áreas externas quando não perfeitamente caracterizadas, serão regularizadas de forma a permitir sempre, fácil acesso e perfeito escoamento das águas superficiais.

3.2) Escavação

As escavações serão manuais, de até 1,50m de profundidade para fundação de pilares internos e pilares da torre da caixa d'água, e adotadas todas as providências necessárias para a segurança dos operários.

3.3) Demolições e retiradas

Demolição de forro de madeira de lei e barroteamento de toda unidade; demolição de piso cerâmico e camada impermeabilizadora; demolição de alvenaria de tijolo, revestimento cerâmico das paredes das salas de aula, cozinha e banheiros; demolição de elemento vazado, de concreto armado da base da bancada da cozinha, e de valeta cimentada aberta externa; retirada de esquadrias de madeira de portas e janelas, caixas de ar condicionado, e retirada de lambrequim de madeira do corredor, executando melhor técnica, tomando-se os cuidados necessários para que a estrutura da edificação não sofra qualquer dano.

3.4) Fundações

- A fundação corrida com pedra preta e argamassa no traço 1:8 nas paredes;
- Bloco em concreto armado para fundação;
- As formas serão executadas com tábuas de madeira branca ou madeirite de 12 mm;
- **Deverão ser realizados ensaios com corpos de prova do concreto, de acordo com as Normas Técnicas, para verificação da resistência determinada no Cálculo Estrutural.**

4) ESTRUTURA DE CONCRETO

- Concreto armado FCK = 25 MPA para pilares e vigas de reforço, pilares e vigas da torre da caixa d'água, banco do banheiro e prateleiras da despensa;
- O concreto a ser utilizado na obra deverá ser usinado, ou misturado em betoneira, e deverá ser lançado até uma altura que não provoque a desagregação dos materiais;
- O adensamento será feito com vibradores de imersão, conforme as Normas Técnicas;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- A resistência deverá ser observada de maneira que se obtenha um concreto que satisfaça às exigências do projeto estrutural, devendo ser comprovada através de ensaios realizados com corpos de prova, de conformidade com as Normas Técnicas;
- As formas serão executadas em chapas de madeirit com espessura mínima de 12mm, e não poderão ser executadas tendo como base, ou lados, as paredes da alvenaria;
- A retirada dos escoramentos só poderá ocorrer após autorização da Fiscalização, que se baseará no resultado dos ensaios de laboratório;
- No caso de ocorrerem falhas na concretagem, a Contratada deverá executar de imediato a recuperação das imperfeições, de acordo com a orientação da Fiscalização;

5) PAREDES

5.1) Alvenaria de tijolo cerâmico

- De acordo com o projeto, as paredes serão executadas em alvenaria de tijolo de 6 furos, assentados com argamassa de cimento e areia no traço 1:6 com adição de Quimical;
- As paredes que separam os banheiros (Masculino/Feminino/PNE), por onde passarão dupla tubulação, serão executadas com tijolos na posição singelo;
- Sobre os vãos das portas e janelas serão executadas vergas em concreto armado;
- Fica vedada a utilização das paredes como elemento de forma para execução das vigas e pilares de concreto;
- Nas paredes de alvenaria não poderão ser executados furos para apoio de andaimes.

6) COBERTURA

6.1) Estrutura de madeira

Deverá ser executada revisão da estrutura em madeira de lei, sendo repostas as danificadas. A madeira de lei será de primeira qualidade, em maçaranduba ou angelim vermelho, imunizadas, com dimensionamento para suportar a carga do telhado, inclusive para as mãos francesas a serem instaladas nos bloco I e II.

Executar descupinização das estruturas em madeiras.

6.2) Telha de barro

Será feito revisão geral no telhado existente, trocando as telhas danificadas pelo mesmo modelo existente. A instalação deverá ser feita por pessoal especializado, obedecendo às normas do fabricante.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.3) Calha

Deverá ser executada calha em pvc meia cana, com diâmetro de 100mm para beiral dos fundos da unidade, com condutor de águas pluviométricas em pvc de 100mm.

7) REVESTIMENTOS

7.1) Chapisco, Emboço e Reboco

As paredes antes do início do reboco deverão estar com as tubulações que por ela devam passar, concluídas, chapiscadas, mestradas e deverão ser convenientemente molhadas. A espessura do reboco deverá ter o máximo de 20mm.

Os rebocos deverão apresentar acabamento perfeito, primorosamente alisado à desempenadeira de aço e esponjado, de modo a proporcionar superfície inteiramente lisa e uniforme.

Com a superfície ainda úmida procede-se a execução do chapisco, e posteriormente a do reboco. A argamassa deverá ter consistência adequada ao uso, compatível com o processo de aplicação, constituída de areia fina, com dimensão máxima de 1,2mm, cimento e aditivo.

O emboço só será iniciado após a completa pega das argamassas das alvenarias e chapiscos (no traço 1:3) e depois de embutidos e testados todas as canalizações que por ele deverão passar, bem como a colocação dos caixilhos. Deverá ser fortemente comprimido contra as superfícies a fim de garantir sua perfeita aderência. A espessura do emboço não deverá ultrapassar 20 mm.

Antes de iniciar o emboço, as superfícies deverão ser limpas, para eliminação de gorduras e eventuais vestígios orgânicos (limo, fuligem, etc) e abundantemente molhadas para evitar absorção repentina de água e argamassa, mas nunca exageradamente, pois poderá provocar o “escorrimento” da mesma argamassa.

Para os pilares e vigas da bandeja da torre da caixa d’água, será utilizado reboco com impermeabilizante.

7.2) Revestimento cerâmico

Será assentado a prumo azulejo branco 20x20cm branco, sendo executado o assentamento será sobre emboço fartamente molhado e executado por pessoal especializado.

Será feito de modo a serem obtidas juntas de espessura constante, alinhadas no sentido horizontal e vertical, conforme recomendações do fabricante e de acordo com a FISCALIZAÇÃO.

As cerâmicas antes do assentamento deverão ser cuidadosamente escolhidas no canteiro da obra e aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, tendo que apresentar coloração uniforme no conjunto, sendo rejeitadas todas as peças que apresentarem defeito de superfície, coloração, bitola ou empeno.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.3) Granito

Será instalado pedra em granito, na espessura de 3cm, para a bancada e passa pratos, assentados em base de concreto; e pedra em granito na espessura de 2cm para peitoril das esquadrias, sendo executado por pessoal especializado.

8) PAVIMENTAÇÃO

8.1) Camada Regularizadora

Antes da pavimentação, os pisos serão regularizados com argamassa no traço 1:4 (cimento; areia), com acabamento semi-áspero. Para as áreas molhadas, deverão ser observados os caimentos em direção aos ralos.

8.2) Porcelanato

Será executado porcelanato natural Eliane ou similar, nas dimensões de 60cm x 60cm, e rodapé cerâmico na altura de 7 cm. Deverá ser utilizada argamassa pronta tipo AC-2 para o assentamento sobre a camada niveladora, de acordo com as normas do fabricante, e posteriormente executado o rejuntamento do piso.

8.3) Lajota Cerâmica

Será executado lajota cerâmica antiderrapante Eliane ou similar, nas dimensões de 30cm x 30cm, padrão PEI 4, e rodapé cerâmico na altura de 7 cm. Deverá ser utilizada argamassa pronta tipo AC-2 para o assentamento sobre a camada niveladora, de acordo com as normas do fabricante, e posteriormente executado o rejuntamento do piso.

8.4) Cimentado liso

Para execução dos pisos junto a parede do bloco dos fundos, inicialmente deverá ser executada uma camada impermeabilizadora sobre base aterrada compactada e nivelada.

Os pisos serão executados com argamassa de cimento e areia no traço 1:4, acabamento esponjado, e terão juntas plásticas de 27mm x 3mm formando quadros de um metro.

8.5) Concreto

Deverá ser executado piso em concreto simples, com seixo e junta seca para valeta e rampa de acesso as salas de aula 3 e 4, conforme especificação no item 4, na praça, nas valetas e nas calçadas.

Será executado placas de concreto armado vazado, para recobrimento de valeta aberta dos fundos da unidade.

8.6) Soleira em mármore

Será instalado soleira em mármore na espessura de 2cm, sendo executado por pessoal especializado.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9) ESQUADRIAS

9.1) Esquadrias em madeira de lei

As esquadrias serão em madeira de lei, com guarnições do tipo aduela e alisar e ferragens, para portas das salas de aula, banheiros e boxs, secretaria, cozinha, despensa e depósito.

A esquadria de madeira de lei com vidro será do tipo basculante para o balancim do banheiro feminino dos funcionários..

A madeira será devidamente aparelhada e emassada para depois receber pintura esmalte.

As esquadrias de madeira serão executadas em peças de madeira maciça de lei de primeira qualidade, tipo Angelim ou Jatobá, com 3,00cm de espessura, conforme modelo existente.

Os caixilhos das portas de madeira serão do tipo aduela e alisar com dimensões mínimas do alisar de 7,50 x 1,00 cm e aduela conforme largura da parede e espessura mínima de 3cm.

A madeira maciça a ser utilizada em sua confecção será seca, isenta de brocas, fendas ou outros defeitos que comprometam a sua resistência, não sendo aceitas as peças que apresentarem sinais de empenamento.

Para fixação de esquadrias de madeira serão empregados tacos em madeira de lei, embutidos na espessura de alvenaria. Esses tacos serão previamente imersos em imunizantes do tipo Carbolineum ou similar e fixados com espaçamento máximo de 0,80cm.

Para fechamento dos vãos das paredes internas, serão executados com lambrequim em madeira de lei.

Observação: Serão sumariamente recusadas todas as peças que apresentarem sinais de empenamento, descolamento, rachaduras, lascas, desigualdade de madeira ou outros defeitos.

9.2) Esquadrias de Alumínio

- As esquadrias de alumínio para janelas de correr serão com veneziana, com 6 folhas, sendo 2 de vidro e 4 de alumínio.
- Os balancins serão do tipo maxim-ar, com vidro e grade classic dupla horizontal, e a montagem será de acordo com as recomendações do fabricante;
- Na secretaria, será instalada uma esquadria em alumínio com vidro fixo, com abertura meia lua, conforme projeto;
- Para as portas da bancada da cozinha, serão em alumínio com veneziana, de correr;
- As esquadrias deverão apresentar níveis de estanqueidade à água, de acordo com as Normas Técnicas;
- Após a instalação das esquadrias nos vãos, as juntas existentes entre os perfis e o reboco, ou outros elementos construtivos, deverão ser tratadas e preenchidas com Sikaflex, cuja aplicação deverá atender às recomendações do fabricante. Antes da aplicação, os perfis deverão ser protegidos com fita adesiva de PVC;
- Os acessórios tais como: roldanas, fechos, escovas de vedação e guarnições, deverão ser de primeira qualidade;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- Os vidros serão de 4mm, devendo ser colocados com baguetes e cordão de borracha.

9.3) Esquadrias de ferro

Serão executados grades de ferro de secção quadrada 1 1/2 , e grade de ferro 1/2, com pintura anticorrosiva.

Escada de marinheiro com proteção de ferro, conforme norma.

Deverão ser de boa qualidade e executados de acordo com os detalhes do projeto.

Todas as peças receberão tratamento com tinta antiferruginosa antes da pintura de acabamento.

10) PINTURA

10.1) Considerações Gerais

Os serviços serão executados por profissionais com comprovada experiência.

As superfícies deverão ser cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para receber o tipo de pintura especificado. Deverão ser aplicadas no mínimo duas demãos de tinta para que se obtenha uma coloração uniforme. As tintas e complementos serão da marca CORAL, RENNER, ou similar.

10.2) Pintura Acrílica

As paredes internas e externas serão preparados com selador acrílico para posteriormente receberem duas demãos de massa corrida. Depois de emassadas, as superfícies deverão ser pintadas com duas demãos de tinta acrílica.

10.3) Pintura Esmalte Sintético

As esquadrias e forro de madeira serão aparelhadas e emassadas para posteriormente receberem duas demãos de tinta à base de esmalte sintético na cor a ser definido pela fiscalização.

As grades serão aparelhadas com tinta antiferruginosa para depois receberem duas demãos de tinta à base de esmalte sintético na cor à ser definido pela Fiscalização.

10.4) Pintura da estrutura do telhado

As estruturas do telhado de madeira dos beirais e do telhado do corredor e do auditório serão aparelhadas e posteriormente receberão duas demãos de tinta à base de esmalte sintético na cor à ser definido pela Fiscalização.

10.5) Pintura PVA

Os muros limites da unidade serão preparadas com selador acrílico. As superfícies deverão ser pintadas com duas demãos de tinta pva na cor à ser definido pela Fiscalização.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11) FORRO

Será executado forro em PVC de 100mm, na cor branca, com barroteamento em madeira de lei, tipo angelim vermelho ou similar, com espaçamento máximo de 50cm, na cozinha.

Antes de iniciar a colocação das lâminas de forro, definir a posição das luminárias e equipamentos que serão colocados junto a ele (ventiladores de teto), tomando os seguintes cuidados:

- Utilizar a trama de sustentação para fixar luminárias e equipamentos;
 - Nunca fixar as luminárias ou equipamentos nas lâminas do forro, sob o risco de queda das mesmas;
 - Como estes equipamentos geram calor, prever recorte no forro com pequena folga, possibilitando que o perfeito acabamento das luminárias ou ventiladores de teto seja feito com o arremate dessas peças;
- Em casos de instalação de lâmpadas fluorescentes, o reator da lâmpada deverá ficar sobre a luminária, nunca sobre as lâminas dos forros.

12) FERRAGENS

Todas as ferragens para as esquadrias de madeira serão obrigatoriamente de latão cromado, de primeira qualidade do tipo “LA FONTE” ou similar.

As dobradiças serão de latão cromado e terão pino de bola e anéis. As fechaduras dos banheiros infantis serão do tipo livre-ocupado.

13) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As instalações elétricas deverão atender às especificações técnicas da Norma Brasileira NB-3, da Concessionária de energia e do Projeto executivo. Compreenderá força e luz e alimentação dos quadros de distribuição.

- Os eletrodutos serão de PVC rígido, de fabricação TIGRE ou similar;
- As conexões às caixas deverão ser feitas através de bucha e arruela. Não serão permitidas curvas nos eletrodutos feitas manualmente, devendo ser utilizadas curvas pré-fabricadas de 90°;
- Os fios e cabos serão de fabricação PIRELLI, SIL ou similar;
- Os quadros de distribuição serão de embutir, padrão IEC, de fabricação CEMAR ou similar. Os minidisjuntores serão da linha branca, marca SIEMENS ou similar;
- Revisão geral das instalações elétricas, com substituição de lâmpadas, luminárias, tomadas, interruptores, etc.

14) INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Serão executadas de acordo com as Normas Técnicas.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- As tubulações serão em PVC da marca TIGRE ou similar. As ligações deverão ser feitas com conexões apropriadas;
- Os ralos e caixas sifonadas serão de PVC com grelha cromada;
- Registros de gaveta e de pressão com canopla;
- Válvulas, tubos, joelhos em pvc;
- Chuveiro cromado;
- Calha em aço inoxidável para escovódromo de 1,60m, com espelho de cristal e moldura de alumínio de 0,40 x 1,60m;
- Lavatório de louça sem coluna, com torneira, sifão e válvula;
- Bacia sifonada de louça infantil e normal, com assento;
- Torneira de metal cromada para bebedouro;
- Caixa de descarga externa;
- Canaleta em alvenaria 0,30x0,30m, rebocada internamente;
- Bancada em concreto armado com três cubas de louça branca, com revestimento em granito, torneiras, sifões e válvulas;
- Pia em aço inoxidável com torneira, sifão e válvula de metal, na dimensão de 2,00x 0,60m;
- Tanque em aço inox, com torneira, sifão e válvula de metal, conforme detalhamento em projeto;
- Caixa d'água em pvc, com tampa reforçada de 5.000L;
- Cisterna de concreto armado com capacidade para 7.500L;
- Conjunto de eletrobóia para cisterna e caixa elevada da torre;
- Casa de bomba de 1,20x0,80m, na altura de 1,20m;
- Revisão das instalações de esgoto.

15) DIVERSOS

15.1) Toldo

Será instalado na entrada da unidade, toldo em lona na cor azul, com estrutura em metalon tubular.

16) LIMPEZA DA OBRA

16.1) Limpeza Permanente

A obra deverá ser mantida limpa permanentemente durante sua execução. Os entulhos deverão ser armazenados em Container's posicionados em local adequado, até sua retirada definitiva. Deverá ser removido todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos os acessos.

16.2) Limpeza geral

Todas as pavimentações, soleiras, peitoris, vidros, ferragens e forros em PVC serão limpos e lavados conforme a natureza do material, de forma a não danificar outras partes da obra. Após a execução desses serviços, os ambientes deverão ser entregues limpos, de modo que possibilite sua imediata utilização.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

17) VERIFICAÇÃO FINAL

Será procedida cuidadosa verificação por parte da Fiscalização, das perfeitas condições de funcionamento e segurança de todas as instalações de água, esgoto, águas pluviais, instalações elétricas, esquadrias, ferragens, etc.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II

PLANILHA COM PREVISÃO DE CUSTOS
REFORMA DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO FRANCISCO

N.º de Ord.	HISTÓRICO	Unid.	Qtd.	Data: 22/01/15		
				Preço		
				Unitário (sem BDI)	Parcial	Total
<u>I</u>	<u>SERVIÇOS PRELIMINARES</u>					
1.1	Mobilização e desmobilização de material e equipamentos.	und.	1,00	1.200,00	1.200,00	
1.2	Aluguel de andaime metálico.	m²/mês	16,00	11,50	184,00	
1.3	Placa da obra em chapa galvanizada.	m²	2,20	236,19	519,62	
1.4	Bota fora manual.	m³	35,80	30,75	1.100,85	
						3.004,47
<u>II</u>	<u>DEMOLIÇÕES E RETIRADAS</u>					
2.1	Demolição de forro de madeira, inclusive barroteamento, salas de aula 1, 2, 3 e 4, secretaria, refeitório, corredor, despensa, cozinha, banheiros, casa da bomba e beiral.	m²	544,13	3,57	1.942,54	
2.2	Demolição de piso cerâmico, inclusive camada regularizadora, salas de aula 1, 2, 3 e 4, corredor, secretaria, despensa, cozinha, casa bomba, refeitório e banheiros.	m²	417,00	3,41	1.421,97	
2.3	Demolição de alvenaria de tijolo.	m³	16,24	25,61	415,91	
2.4	Demolição de revestimento cerâmico das paredes de salas de aula, cozinha, banheiros.	m²	90,00	2,56	230,40	
2.5	Demolição de concreto armado da base bancada da cozinha.	m²	1,20	382,09	458,51	
2.6	Demolição de elemento vazado.	m²	46,08	4,98	229,48	
2.7	Demolição de valeta cimentada aberta externa.	m²	28,75	3,41	98,04	
2.8	Retirada de esquadrias de madeira de portas e janelas.	m²	38,00	5,07	192,66	
2.9	Retirada de caixa de ar condicionado.	und.	1,00	10,69	10,69	
2.10	Retirada de lambrquin de madeira do corredor.	m²	18,00	5,18	93,24	
						5.093,44
<u>III</u>	<u>MOVIMENTO DE TERRA</u>					
3.1	Escavação manual até 1,50m de profundidade para fundação de pilares internos e pilares torre da caixa d'água.	m³	12,67	22,50	285,08	
						285,08
<u>IV</u>	<u>FUNDAÇÕES</u>					
4.1	Fundação corrida com pedra preta e argamassa no traço 1:8 (paredes).	m³	4,50	318,69	1.434,11	
4.2	Bloco em concreto armado para fundação, inclusive forma dos pilares de reforço de paredes internas existentes e da torre da caixa d'água.	m³	8,17	1.469,41	12.005,08	

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

						13.439,19
<u>V</u>	<u>CONCRETO</u>					
5.1	Concreto armado FCK=25MPA com forma branca para pilares de reforço do prédio.	m ³	2,85	1.544,50	4.401,83	
5.2	Concreto armado FCK=25MPA para vigas de reforço do prédio.	m ³	3,43	1.544,50	5.297,64	
5.3	Concreto armado FCK=25MPA para pilares da torre da caixa d'água.	m ³	3,60	1.544,50	5.560,20	
5.4	Concreto armado FCK=25MPA para vigas e bandejas da torre da caixa d'água.	m ³	3,92	1.544,50	6.054,44	
5.5	Concreto armado FCK=20MPA para prateleira da despensa e banco do banheiro.	m ³	2,98	1.525,61	4.546,32	
						25.860,43
<u>VI</u>	<u>PAREDES</u>					
6.1	Alvenaria de tijolo de barro a singelo.	m ²	169,60	42,04	7.129,98	
						7.129,98
<u>VII</u>	<u>COBERTURA</u>					
7.1	Calha em PVC 1/2 cana d=100mm para beiral dos fundos da escola junto caixa d'água.	m	18,70	29,87	558,57	
7.2	Condutor de águas pluviométricas em PVC de 100mm.	m	19,50	29,96	584,22	
7.3	Reforma das coberturas de proteção de janelas com substituição de madeiramento e troca de telhas de barro danificadas.	m ²	29,80	36,16	1.077,57	
7.4	Revisão geral da cobertura com substituição dos madeiramentos e telhas de barro danificadas e comprometidas pela intromissão de cupins - prédio e corredor.	m ²	454,60	30,00	13.638,00	
						15.858,36
<u>VIII</u>	<u>IMPERMEABILIZAÇÃO</u>					
8.1	Descupinização.	m ²	454,60	5,15	2.341,19	
8.2	Reboco impermeabilizante dos pilares e vigas e bandeja da torre da caixa d'água.	m ²	75,62	25,61	1.936,63	
8.3	Impermeabilização cisterna de concreto com igol A+sika 1.	m ²	22,00	68,31	1.502,82	
						5.780,64
<u>IX</u>	<u>ESQUADRIAS</u>					
9.1	Esquadria de madeira de lei e=3,0cm com caixilho, aduela e alizar para portas de salas de aula, banheiros, secretaria, cozinha, despensa e depósito, inclusive ferragens.	m ²	34,20	488,80	16.716,96	
9.2	Esquadria de madeira de lei e=3,0cm com caixilho para porta de boxes de banheiro, inclusive ferragens.	m ²	2,16	394,02	851,08	
9.3	Esquadria de alumínio para janela de correr com veneziana com 6 folhas, sendo 2 de vidro e 4 de alumínio - J1 (ver detalhe anexo).	m ²	12,25	382,00	4.679,50	

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9.4	Esquadria de alumínio para janela do tipo Maxim-ar, com vidro e grade classic dupla horizontal seção 1,00x0,60/ 1,70m - B1 (ver detalhe anexo).	m ²	3,60	312,62	1.125,43
9.5	Esquadria de alumínio para janela do tipo Maxim-ar, com vidro e grade classic dupla horizontal seção 2,00x0,60/ 1,00m - B2 (ver detalhe anexo).	m ²	20,60	408,96	8.424,58
9.6	Esquadria de alumínio e vidro incolor 6,00mm para visor secretaria - com abertura parte de baixo (ver detalhe anexo).	m ²	1,32	304,00	401,28
9.7	Esquadria com venezianas de alumínio, de correr e ferragens para bancada da pia e bancada do vão passa pratos e adjacentes.	m ²	9,80	369,20	3.618,16
9.8	Grade de ferro seção quadrada 1 1/2", inclusive pintura anticorrosiva para vão corredor.	m ²	10,25	353,34	3.621,74
9.9	Grade de ferro 1/2", inclusive pintura anticorrosiva para vão passa pratos.	m ²	2,40	163,34	392,02
9.10	Lambreuim em madeira de lei para fechamento de vão de paredes internas (ver modelo existente).	m ²	18,00	48,57	874,26
					40.705,01
X	<u>REVESTIMENTO</u>				
10.1	Emboço com argamassa no traço 1:6 aditivo plástico, da cozinha, banheiros alunos e funcionários,	m ²	240,00	18,84	4.521,60
10.2	Azulejo branco assentado a prumo no traço 1:5:1	m ²	240,00	43,73	10.495,20
10.3	Bancada em revestimento granito e=3,0cm assentado em base de concreto armado, inclusive bancada do passa pratos (ver detalhe em anexo).	m ²	5,82	645,56	3.757,16
10.4	Chapisco de cimento e areia no traço 1:3.	m ²	339,20	5,35	1.814,72
10.5	Reboco com argamassa no traço 1:6 aditivo plástico.	m ²	339,20	21,85	7.411,52
10.6	Peitoril de granito com rebaixo e=3cm.	m ²	13,92	470,89	6.554,79
					34.554,99
XI	<u>PAVIMENTAÇÃO</u>				
11.1	Camada regularizadora no traço 1:4.	m ²	317,06	18,33	5.811,71
11.2	Porcelanato natural.	m ²	317,06	92,43	29.305,86
11.3	Lajota cerâmica 30x30cm - PEI 4.	m ²	19,20	52,02	998,78
11.4	Placas em concreto armado vazada para recobrimento de valeta aberta dos fundos da unidade.	m ²	8,40	96,18	807,91
11.5	Concreto ciclópico com seixo e junta seca para rampa de acesso as salas de aula 3 e 4.	m ³	1,25	447,43	559,29
11.6	Concreto simples com seixo para valeta aberta.	m ²	28,75	30,12	865,95
11.7	Soleira em mármore e=2cm.	m ²	0,62	301,89	187,17
					38.536,67
XII	<u>FORRO</u>				
12.1	Forro em PVC branco com barroteamento em madeira de lei.	m ²	544,13	61,65	33.545,61

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12.2	Forro em madeira de lei para recobrimento de beiral.	m ²	92,80	85,50	7.934,40	
						41.480,01
XIII	<u>PINTURA</u>					
13.1	Acrílica fosca interna sem massa com selador.	m ²	1.272,40	13,86	17.635,46	
13.2	Acrílica fosca externa com fundo preparador em 3 demãos.	m ²	1.078,00	15,56	16.773,68	
13.3	Esmalte sintético para esquadrias de madeira.	m ²	78,44	21,63	1.696,66	
13.4	Esmalte sintético para forro de madeira externa de beirais.	m ²	48,00	12,91	619,68	
13.5	Esmalte sobre ferro de grades.	m ²	87,40	25,21	2.203,35	
13.6	Esmalte sobre madeira de beiral e telhado protetor de janelas.	m ²	77,21	12,15	938,10	
13.7	PVA externa sem superfície preparada dos muros limites da unidade.	m ²	496,00	10,43	5.173,28	
						45.040,21
XIV	<u>INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS</u>					
14.1	Bacia sinfonada de louça infantil com assento.	und.	2,00	492,14	984,28	
14.2	Bacia sinfonada de louça com assento.	und.	1,00	199,00	199,00	
14.3	Lavatório de louça sem coluna com torneira, sifão e válvula.	und.	1,00	263,62	263,62	
14.4	Calha em aço inoxidável para escovódromo de 1,60m.	und.	1,00	696,00	696,00	
14.5	Torneira de metal cromada para bebedouro.	und.	5,00	76,00	380,00	
14.6	Válvula de metal cromado para bebedouro.	und.	2,00	230,47	460,94	
14.7	Válvula de retenção horizontal 2" recalque.	und.	1,00	155,77	155,77	
14.8	Válvula de retenção vertical 2" recalque.	und.	1,00	82,52	82,52	
14.9	Sifão metálico para bebedouro.	und.	2,00	77,87	155,74	
14.10	Chuveiro cromado.	und.	1,00	21,60	21,60	
14.11	Caixa de descarga PVA externa.	und.	3,00	72,34	217,02	
14.12	Caixa sinfonada de PVC com grelha 100x100x50mm.	und.	5,00	12,33	61,65	
14.13	Caixa alvenaria 60x60x80cm com tampa em concreto.	und.	3,00	291,21	873,63	
14.14	Dreno para vazão de água do bebedouro.	und.	1,00	108,45	108,45	
14.15	Dreno para vazão de air split.	und.	6,00	98,16	588,96	
14.16	Saboneteira com reservatório polipropileno.	und.	1,00	33,47	33,47	
14.17	Porta papel higiênico polipropileno.	und.	1,00	37,14	37,14	
14.18	Porta toalha em louça tubular.	und.	4,00	29,37	117,48	
14.19	Registro de pressão 1/2" com canopla.	und.	4,00	80,44	321,76	
14.20	Registro de gaveta 1 1/2" com canopla.	und.	4,00	104,34	417,36	
14.21	Registro de gaveta 2" bruto.	und.	1,00	115,40	115,40	
14.22	Tubo em PVC 20mm.	m	60,00	5,45	327,00	

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

14.23	Tubo em PVC 25mm.	m	45,00	6,56	295,20
14.24	Tubo em PVC JS 32mm.	m	32,30	10,37	334,95
14.25	Tubo em PVC JS 40mm.	m	48,00	7,09	340,32
14.26	Tubo em PVC JS 75mm.	m	30,40	14,55	442,32
14.27	Tubo em PVC 100mm.	m	48,00	19,24	923,52
14.28	Adaptador curto PVC 20mmx1/2".	und.	14,00	2,30	32,20
14.29	Joelho 45° PVC JS 20mm.	und.	12,00	4,26	51,12
14.30	Joelho/cotovelo 45° PVC JS 32mm.	und.	8,00	6,26	50,08
14.31	Joelho/cotovelo 45° PVC JS 40mm.	und.	8,00	7,12	56,96
14.32	Joelho/cotovelo 45° PVC JS 75mm.	und.	4,00	12,99	51,96
14.33	Joelho/cotovelo 90° PVC JS 20mm.	und.	16,00	3,94	63,04
14.34	Joelho/cotovelo 90° PVC JS 32mm.	und.	8,00	5,10	40,80
14.35	Joelho/cotovelo 90° PVC JS 100mm.	und.	3,00	14,37	43,11
14.36	Tê de redução 90° PVC JS 25x20mm.	und.	4,00	6,15	24,60
14.37	Tê em PVC JS 20mm.	und.	7,00	3,83	26,81
14.38	Canaleta em alvenaria (0,30x0,30m) rebocada internamente.	m	35,00	55,56	1.944,60
14.39	Bancada em concreto armado com três cubas de louça, com revestimento em granito, com torneiras, sifões e válvulas.	und.	1,00	1.312,80	1.312,80
14.40	Pia em aço inoxidável com torneira, sifão e válvula em metal, 2,0m.	und.	1,00	452,81	452,81
14.41	Tanque em inox fundo em aço inox com torneira, sifão e válvula em metal.	und.	1,00	515,36	515,36
14.42	Caixa d'água em PVC com tampa reforçada de 5.000 litros.	und.	1,00	1.942,67	1.942,67
14.43	Cisterna de concreto armado com capacidade para 7.500 lts.	und.	1,00	10.117,27	10.117,27
14.44	Conjunto eletrobóia na cisterna e caixa elevada.	und.	2,00	199,20	398,40
14.45	Casa de bomba 1,20x0,80, h=1,20.	und.	1,00	841,42	841,42
14.46	Revisão de ponto de esgoto.	und.	6,00	73,95	443,70
					27.364,81
XV	<u>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</u>				
15.1	Serviços elétricos.	und.	1,00	30.973,44	30.973,44
					30.973,44
XVI	<u>DIVERSOS</u>				
16.1	Toldo em lona com estrutura metálica tubular.	m ²	6,56	274,38	1.799,93
16.2	Casa de gás 1,50x1,10m, h=80cm.	und.	1,00	641,21	641,21
16.3	Espelho de cristal 0,40x1,60m com moldura de alumínio.	und.	1,00	143,96	143,96
16.4	Escada de marinho com proteção.	m	4,50	293,70	1.321,65
16.5	Eletrobóia para cisterna caixa d'água.	und.	2,00	108,13	216,26

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16.6	Placa de inauguração em aço escovado 45x63.	und.	1,00	1.688,93	1.688,93
16.7	Placa de identificação em ACM adesivado de 3,00x1,00m.	und.	1,00	3.000,00	3.000,00
16.8	Limpeza final geral e entrega da obra.	m ²	360,00	3,00	1.080,00
					9.891,94
				SUB-TOTAL	344.998,67
				BDI - 29%	100.049,61
				TOTAL GERAL	445.048,28

* Planilha orçamentária de referência: SEOP Outubro/2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III

PLANILHA COM PREVISÃO DE CUSTOS
REFORMA DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO FRANCISCO

SERVIÇOS ELÉTRICOS

Nº de Ord.	HISTÓRICO	Unid.	Qtd.	Data: 22/01/15		
				Preço		
				Unit.	Parcial	Total
I	<u>PADRÃO DE MEDIÇÃO DE ENTRADA</u>					
1.1	CURVA ELETRODUTO PVC 180° "ENTRADA" DE 2"	UNI	2,00	15,00	30,00	
1.2	ABRAÇADEIRA TIPO "D" PARA ELETRODUTO DE 2"	UNI	10,00	2,00	20,00	
1.3	ELETRODUTO PVC DE 2"	MT	9,00	13,14	118,26	
1.4	LUVA PARA ELETRODUTO PVC DE 2"	UNI	4,00	5,07	20,28	
1.5	CURVA PARA ELETRODUTO PVC DE 2" DE 90°	UNI	3,00	14,34	43,02	
1.6	ARRUELA PARA ELETRODUTO DE 2"	UNI	4,00	3,04	12,16	
1.7	BUCHA PARA ELETRODUTO DE 2"	UNI	3,00	3,04	9,12	
1.8	ANEL DE VEDAÇÃO EM FORMA DE ARRUELA DE 2"	UNI	2,00	1,00	2,00	
1.9	CAIXA MED. POLIFÁSICA DE POLICARBONATO PADRÃO-CELPA	UNI	1,00	114,75	114,75	
1.10	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A PADRÃO DIN	UNI	1,00	153,07	153,07	
1.11	CABO DE COBRE ISOLADO 25mm² 750V XLPE OU EPR A 90°	MT	35,00	14,35	502,25	
1.12	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA DE 02 ESTRIBO C/ISOLADOR ROLDANA	UNI	1,00	40,00	40,00	
1.13	PARAFUSO ROSCA SOBERBA 4,8BX50MM E BUCHA DE Nº 8	UNI	10,00	4,25	42,50	
1.14	FITA ISOLANTE SCOTCH 3M 33+ 19MMX20MT	UNI	1,00	11,41	11,41	
1.15	HASTE TERRA AÇO COBREADO 5/8 x 2,40 COM CONECTOR	UNI	1,00	58,03	58,03	
1.16	ELETRODUTO PVC DE 1"	UNI	1,00	6,31	6,31	
1.17	ARRUELA PARA ELETRODUTO DE 1"	UNI	1,00	1,31	1,31	
1.18	BUCHA PARA ELETRODUTO DE 1"	UNI	1,00	3,66	3,66	
1.19	ABRAÇADEIRA TIPO "D" PARA ELETRODUTO DE 1"	UNI	3,00	1,50	4,50	
1.20	ANEL DE VEDAÇÃO EM FORMA DE ARRUELA DE 1"	UNI	2,00	4,00	8,00	
1.21	GRAMPO DE ATERRAMENTO TIPO U (CONECTOR)	MT	1,00	6,23	6,23	
1.22	CONDUTOR DE ATERRAMENTO (AÇO COBREADO 25MM²)	MT	3,00	14,00	42,00	
						1.248,86
II	<u>OUTROS MATERIAIS</u>					
2.1	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 32 DISJUNTORES C/ BARRAMENTO PARA 150A	UNI	1,00	412,44	412,44	
2.2	CABO DE COBRE ISOLADO 25mm² 750V XLPE OU EPR A 90°	UNI	65,00	14,45	939,25	
2.3	CABO DE COBRE ISOLADO 4mm² 750V XLPE OU EPR A 90°	MT	1.000,00	3,91	3.910,00	
2.4	CABO DE COBRE ISOLADO 2,5m² 750V XLPE OU EPR A 90°	MT	1.000,00	3,06	3.060,00	
2.5	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A PADRÃO DIN	UNI	1,00	153,07	153,07	

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2.6	DISJUNTOR TRIPOLAR SDR 100A PADRÃO DIN	UNI	1,00	153,07	153,07
2.7	DISJUNTOR BIPOLAR 22A PADRÃO DIN	UNI	7,00	40,92	286,44
2.8	DISJUNTOR BIPOLAR 32A PADRÃO DIN	UNI	1,00	40,92	40,92
2.9	DISJUNTOR MONOFÁSICO 16A PADRÃO DIN	UNI	12,00	11,16	133,92
2.10	PONTO DE LUZ/FORÇA(COM TUB.CX. E FIAÇÃO)ATÉ 200W	UNI	45,00	107,30	4.828,50
2.11	LUMINARIA C/ 02 LÂMPADAS FLUORESCENTES (SEM FIAÇÃO)	UNI	45,00	76,13	3.425,85
2.12	TOMADAS 2P+T 20A S/ (FIAÇÃO)	UNI	34,00	14,91	506,94
2.13	PONTO DE LÓGICA UTP - (INC.ELET., CABO E CONECTOR)	UNI	16,00	251,46	4.023,36
2.14	INTERRUPTOR DE 02 TECLAS SIMPLES (S/FIAÇÃO)	UNI	6,00	17,46	104,76
2.15	INTERRUPTOR DE 01 TECLAS SIMPLES (S/FIAÇÃO)	UNI	6,00	9,26	55,56
2.16	CAIXA PLÁSTICASDE EMBUTIR 2X2"	UNI	45,00	1,92	86,40
2.17	CAIXA PLÁSTICA OCTAGONAL 4X4"	UNI	45,00	4,23	190,35
2.18	ELETRODUTO DE PVC 1/2"	MT	120,00	4,23	507,60
2.19	ELETRODUTO DE PVC 3/4"	MT	90,00	5,01	450,90
2.20	PONTO DE DRENO PARA SPLIT.	UNI	5,00	91,96	459,80
2.21	PONTO DE GÁS PARA SPLIT.	UNI	5,00	499,09	2.495,45
2.22	INSTALAÇÃO DAS SPLITS COM GÁS.	UNI	5,00	700,00	3.500,00
					29.724,58
				TOTAL	30.973,44

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA: SEOP/OUTUBRO/2014
AÇÃO: REFORMA DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO FRANCISCO
ENDEREÇO: ESTRADA SÃO FRANCISCO - GRANJA BONFIM S/N - MOSQUEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO						
ITEM	SERVIÇOS	DIAS			TOTAL	%
		30	60	90		
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100%			100%	0,87%
		R\$ 3.875,77			3.875,77	
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	100%			100%	1,48%
		R\$ 6.570,54			6.570,54	
3	MOVIMENTO DE TERRA	100%			100%	0,08%
		R\$ 367,75			367,75	
4	FUNDAÇÕES	50%	50%		100%	3,90%
		R\$ 8.668,28	R\$ 8.668,28		17.336,56	
5	CONCRETO	50%	50%		100%	7,50%
		R\$ 16.679,98	R\$ 16.679,98		33.359,95	
6	PAREDES	70%	30%		100%	2,07%
		R\$ 6.438,37	R\$ 2.759,30		9.197,67	
7	COBERTURA	50%	50%		100%	4,60%
		R\$ 10.228,64	R\$ 10.228,64		20.457,28	
8	IMPERMEABILIZAÇÃO	50%	30%	20%	100%	1,68%
		R\$ 3.728,51	R\$ 2.237,11	R\$ 1.491,41	7.457,03	
9	ESQUADRIAS	50%	25%	25%	100%	11,80%
		R\$ 26.254,73	R\$ 13.127,37	R\$ 13.127,37	52.509,46	
10	REVESTIMENTO	30%	50%	20%	100%	10,02%
		R\$ 13.372,78	R\$ 22.287,97	R\$ 8.915,19	44.575,94	
11	PAVIMENTAÇÃO	30%	50%	20%	100%	11,17%
		R\$ 14.913,69	R\$ 24.856,15	R\$ 9.942,46	49.712,30	
12	FORRO	30%	50%	20%	100%	12,02%
		R\$ 16.052,76	R\$ 26.754,61	R\$ 10.701,84	53.509,21	
13	PINTURA		50%	50%	100%	13,06%
			R\$ 29.050,94	R\$ 29.050,94	58.101,87	
14	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS		50%	50%	100%	7,93%
			R\$ 17.650,30	R\$ 17.650,30	35.300,60	
15	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		40%	60%	100%	8,98%
			R\$ 15.982,30	R\$ 23.973,44	39.955,74	
16	DIVERSOS		50%	50%	100%	2,87%
			R\$ 6.380,30	R\$ 6.380,30	12.760,60	
PARCIAIS SIMPLES		R\$ 127.151,81	R\$ 196.663,23	R\$ 121.233,24	R\$ 445.048,28	
PERCENTUAIS SIMPLES (%)		28,57%	44,19%	27,24%	100%	100,00%

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO V

MODELO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

CUSTO UNITÁRIO				
	UND	NAT. DO SERVIÇO		
SEMEC				
DISCRIMINAÇÃO	Q	U	PU	PT
Material				
Mão de obra				
MATERIAL				
MÃO-DE-OBRA				
ENCARGOS SOCIAIS				
TOTAL PARCIAL				
B.D.I				
TOTAL GERAL				

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI

MODELO DE COMPOSIÇÃO DE BDI COM DESONERAÇÃO

1	Discriminação	(%)
A	Bonificação / Lucro	
B	Despesas Indiretas / Financeiras	
B.1	<i>Administração Central</i>	
B.2	<i>Segurança Patrimonial</i>	
B.3	<i>Despesas Financeiras</i>	
C	DESPESAS FISCAIS / TRIBUTOS	
C.1	PIS	
C.2	ISS	
C.3	COFINS	
C.4	INSS SOBRE FATURAMENTO	
	• $BDI = \{(1 + A) \times (1 + B) / (1 - C)\} - 1$	
	• Fonte: TCU	
<p>Lei nº. 12.844/2013, publicada em edição extra no DOU de 19/07/2013, onde resgata os dispositivos da Medida Provisória nº 601/2012, que trazem o enquadramento da DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, para empresas do Setor de Construção Civil, consubstanciada pela Medida Provisória nº 612/2013, e da Lei nº 12.794/2013, de 02.04.2013, instituindo seu uso obrigatório a partir de 01/11/2013.</p>		

OBS1: Informamos que o percentual de BDI, deve seguir as orientações do TCU exaradas nos Acórdãos 2622/2013-Plenário e 2293/2013-Plenário, assim como a Lei 12.844/2013 (Desoneração da Folha de Pagamento).

OBS2: A empresa licitante deverá indicar a fonte da qual se utilizou para fórmula de cálculo do BDI.

OBS3: O licitante não deverá incluir no cálculo do BDI nenhum custo direto, conforme recomendação contida no Acórdão nº 325/2007 do Tribunal de Contas da União.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VII

MODELO DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS

GRUPOA - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS			
01	-	INSS	0,00%
02	-	SESI ou SESC	(...%)
03	-	SENAI ou SENAC	(...%)
04	-	INCRA	(...%)
05	-	Salário Educação	(...%)
06	-	FGTS	(...%)
07	-	Seguro Acidente do Trabalho / SAT / INSS	(...%)
08	-	SEBRAE	(...%)
		SUB-TOTAL	(...%)
GRUPOB - ENCARGOS QUE RECEBEM A INCIDÊNCIA DO GRUPO A			
09	-	Férias	(...%)
10	-	Auxílio Doença	(...%)
11	-	Licença Paternidade / Maternidade	(...%)
12	-	Faltas Legais	(...%)
13	-	Acidentes de Trabalho	(...%)
14	-	Aviso Prévio	(...%)
15	-	13º Salário	(...%)
16	-	Repouso semanal remunerado	(...%)
17	-	Feriados	(...%)
		SUB-TOTAL	(...%)
GRUPOC - ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A			
18	-	Aviso prévio indenizado	(...%)
19	-	Indenização Compensatória por demissão	(...%)
20	-	Depósito por rescisões sem justa causa).	(...%)
			(...%)
GRUPOD - REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B			(...%)
TAXA TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS			(...%)

Nota: Poderão ser acrescentados outros itens, a critério dos licitantes.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VIII

MODELOS DE DECLARAÇÕES

- DECLARAÇÃO DE FIDELIDADE E VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS.
- DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.
- DECLARAÇÃO AUTORIZANDO A SEMEC PARA INVESTIGAÇÕES COMPLEMENTARES.
- DECLARAÇÃO FIRMADA PELO LICITANTE, DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE.
- DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito, que aceitamos todas as condições do **Edital da Tomada de Preços nº xx / 20xx**, sendo verídicas e fiéis todas as informações e documentos apresentados.

Belém, de de 20XX.

Nome e número da identidade do declarante

DECLARAÇÃO

(nome da empresa)_____, C.NPJ. nº_____,(endereço completo),_____declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no processo licitatório da **Tomada de Preços nº xx / 2015**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Belém, de de 2015.

Nome e número da identidade do declarante

DECLARAÇÃO

(nome da empresa)_____, CNPJ. nº_____,(endereço completo),_____, autoriza, por este instrumento a Prefeitura Municipal de Belém a realizar todas as investigações complementares que julgar necessárias a habilitação no processo licitatório da **Tomada de Preços nº xx/ 2015**. Belém, de de 2015.

Nome e número da identidade do declarante

DECLARAÇÃO

Ref.: Tomada de Preços nº xx/ 20xx

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal) (**Observação:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VIII (CONTINUAÇÃO)

DECLARAÇÃO

Ref.: TOMADA DE PREÇOS nº xxx/ 20XX

.....(nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº
....., sediada em..... (endereço completo), declara sob as
penas da lei, que possui condições, no prazo entre a adjudicação e o início dos serviços, de mobilizar
equipamentos e pessoal de campo, em número suficiente, para a execução dos serviços objeto de
cada ordem de serviço.

Local e data

Nome:

RG:

cargo e assinatura do representante legal da empresa.

.....
(data)

.....
(representante legal)

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(NOME DA EMPRESA).....
....., inscrita no CNPJ nº....., por
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.).....
..... portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº.....
....., DECLARA, para fins do disposto na **TOMADA DE PREÇOS Nº xxx/20XX**, sob as
sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data,
é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que, por preencher os requisitos legais, pretende usufruir do
direito de preferência para contratação na presente licitação, na forma do parágrafo 2º do art.
44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se enquadrando nas
vedações constantes dos parágrafos 4º e 9º do art. 3º, do referido Diploma Legal.

.....
(data)

.....
(representante legal)

OBS. 1) Assinalar com um “X” a condição da empresa.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

CONFORME ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

TOMADA DE PREÇOS Nº XXX/2015 – SEMEC

_____ (*representante do licitante*), portador da Cédula de Identidade RG no _____ e do CPF no _____, como representante devidamente constituído de _____ (*identificação do licitante ou do Consórcio*), inscrita no CNPJ no _____, doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no Edital da presente Licitação, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que esta plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firma-la.

Município de _____, em ____ de _____ de _____

(*assinatura do representante legal do Licitante*)

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO XI

MODELO 1 - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

(Nome da empresa)....., CNPJ/MF:....., (endereço)....., declara para os devidos fins que no dia/...../2014, fez a **VISITA TÉCNICA**, na pessoa do Sr(a) (nome e cargo na empresa da pessoa que fez a visita técnica), quando tomou conhecimento dos locais onde se realizarão as obras objeto da Licitação **Tomada de Preços nº xxx/2015**, com ciência de todas as informações, das condições e do grau de dificuldade dos serviços a serem executados, razão pela qual não poderá a empresa signatária, após a apresentação da proposta ou mesmo durante a execução dos serviços (**se vencedora**) alegar desconhecimento ou divergências das condições dos mesmos.

Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº do documento de identidade

MODELO 2 - DECLARAÇÃO DE PLENA CIÊNCIA

(Nome da empresa)....., CNPJ/MF:....., (endereço)....., declara que temos ciência do local onde serão realizados os serviços objeto da Licitação **Tomada de Preços nº xxx/2015**, tendo conhecimento de todas as informações, das condições e do grau de dificuldade dos serviços a serem executados, razão pela qual não poderá a empresa signatária, após a apresentação da proposta ou mesmo durante a execução dos serviços (**se vencedora**) alegar desconhecimento ou divergências das condições dos mesmos.

Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº do documento de identidade

Obs: Em papel timbrado da empresa.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO XII

MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM A
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
E A
EMPRESA.....**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, sediada XXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxx doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Secretária, Dr. **XXXXX**, designada pelo Decreto Municipal de xx dxxxxxxx de xxxx, portador do CPF nº. xxxxxxxx – x, e CI nº. xxxxxxxxxxxx, e a empresa....., sediada na Cidade de, Estado do, inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu....., Sr....., residente e domiciliado na Cidade de, Estado do....., à....., portador do CPF nº e da CI nº....., resolvem celebrar o presente CONTRATO, com sujeição às normas da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, da Lei nº 9.854/99, da IN nº 05, do MARE, de 21.07.95, no que couber e demais disposições legais pertinentes, bem assim pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ORIGEM

O presente contrato tem origem na adjudicação referente à licitação realizada na modalidade **Tomada de Preços, de nº./2015/SEMEC**, com fundamento na disposição do art. 23, inciso I, alínea “b”, da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital de Licitação **Tomada de Preços Nº/2015/SEMEC** e aos termos da proposta vencedora, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

A minuta deste Contrato foi aprovada pela Assessoria Jurídica da Secretaria/SEMEC, conforme parecer **AJUR Nº xxxxx/2015**, nos termos do Parágrafo Único do **art. 38, da Lei nº. 8.666/1993**.

CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para reforma da Unidade de Educação Infantil São Francisco, conforme as condições estabelecidas no Edital e anexos.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A obra será executada na forma de execução indireta, pelo regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

O prazo de vigência deste contrato é de **120 (cento e vinte) dias corridos**, com eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para execução dos serviços é de **90 (noventa) dias corridos**, conforme definidos no cronograma físico-financeiro, contados da emissão da Ordem de Serviço pelo Departamento de Manutenção desta Secretaria Municipal de Educação-SEMEC.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR

O valor total do contrato é de R\$ _____,___ (por extenso), para execução da obra especificada na cláusula quarta deste contrato, atendendo as especificações contidas no Edital e seus anexos, que é parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O pagamento dos serviços contratados será efetuado na forma do art. 40, XIV, da Lei Federal nº 8.666/93 mediante medições dos serviços efetivamente realizados, obedecendo ao cronograma físico-financeiro, após ser atestada pela fiscalização do DEMA/SEMEC a efetiva execução das etapas previstas no cronograma e ainda de acordo com as especificações técnicas do Edital convocatório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, após a conclusão da medição e contados da data de apresentação pela **CONTRATADA** da nota fiscal/fatura, que deverá conter o “atesto” dos responsáveis técnicos pela fiscalização.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes comprovantes:

- a) do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do §4º do art. 31 da Lei nº. 9.032/1995;
- b) GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, relativa ao mês da última competência vencida;
- c) da regularidade fiscal, constatada através da consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº. 8.666/1993;
- d) do cumprimento das obrigações trabalhistas correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pelo **CONTRATANTE**; e
- e) deverão ainda ser apresentados os seguintes documentos:
 - e.1) Registro da obra no CREA/PA;
 - e.2) Matrícula da obra no INSS.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Poderá o **CONTRATANTE** descontar o valor correspondente aos danos a que a **CONTRATADA** der causa das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO QUARTO – O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pelo licitante vencedor, nos termos deste edital.

PARÁGRAFO QUINTO – Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PARÁGRAFO SEXTO – Para efeito de pagamento, o **CONTRATANTE** procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.

PARÁGRAFO SÉTIMO – No caso de eventual atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

PARÁGRAFO OITAVO – O preço ajustado será certo, definitivo e irrevogável, salvo nas situações definidas nos parágrafos do art. 57 da Lei de Licitações, em que será aplicada a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos serviços objeto do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária própria do **CONTRATANTE**, classificada como:

Funcional Programática: **2.08.21.12.361.0002.1004 - Construção, Ampliação e Reforma e Aparelhamento da Rede Física Educação;**

Elemento de Despesa: **339039;**

Fonte de Recurso: **0115049001 (Recurso do Tesouro Municipal).**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** obriga-se a prestar garantia contratual, correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor desta contratação, em uma das formas previstas no Instrumento Convocatório, a saber: caução em dinheiro ou títulos de dívida pública; ou seguro-garantia; ou fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Após o cumprimento fiel e integral deste Contrato, tendo sido expedido o Termo de Recebimento Definitivo da Obra ou Serviço, a **CONTRATANTE** fará, sob requerimento, a devolução da garantia à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do **CONTRATANTE**, além das demais no edital e nos anexos que integram e complementam o presente contrato:

I – Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas, mediante “atesto” do setor competente.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

II – Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

III – Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da **CONTRATADA**.

IV – Comunicar à **CONTRATADA** quaisquer irregularidades verificadas na execução da obra, objetivando a imediata reparação.

V – Executar, por meio dos servidores do Departamento de Manutenção indicados para a fiscalização e o ateste das faturas correspondentes aos serviços executados, conforme detalhamento nas especificações.

VI – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio os defeitos detectados na obra e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam o reparo por parte da **CONTRATADA**.

VII – Cumprir as demais obrigações estabelecidas no Edital, Item 16, e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos, que originaram este contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações e outras que porventura venham a ser reguladas em acordo coletivo da categoria.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pessoal que a **CONTRATADA** a qualquer título utilizar na execução dos serviços ora avençados não terá vínculo de qualquer natureza com a **CONTRATANTE** e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. Na eventual hipótese de vir a **CONTRATANTE** ser demandada judicialmente por esse motivo, a **CONTRATADA** a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar, inclusive àquelas oriundas dos deslocamentos efetuados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá à **CONTRATADA** inteira responsabilidade por todos os encargos, impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude de Lei ou Regulamento recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, fiscais, comerciais, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outras decorrentes da relação empregatícia entre a empresa e seu pessoal.

PARÁGRAFO QUARTO - Caberá à **CONTRATADA** a responsabilidade por si e seus subempreiteiros, pelos pagamentos e encargos sobre a mão-de-obra, conforme determinado pela Legislação Trabalhista em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO - A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos neste item, não transfere à Administração da **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEXTO - Responsabilizar-se-á, ainda, a **CONTRATADA** por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, bem como pelos causados por estes

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

a terceiros, responsabilizando-se, ainda, pela reparação dos danos causados ao patrimônio da **CONTRATANTE** por parte de seus empregados.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** se obriga a cercar seus empregados das garantias e medidas de proteção, nos termos da legislação trabalhista, relativamente à higiene e segurança do trabalho, bem como arcará com o ônus de fornecimento de uniformes aos mesmos;

PARÁGRAFO OITÁVO - Manter em atividade o número de empregados contratados necessários à execução dos serviços;

PARÁGRAFO NONO - Caberá à **CONTRATADA** inteira responsabilidade pela boa execução dos serviços objeto do presente Contrato, devendo os materiais a ser empregados receber prévia aprovação da **CONTRATANTE**, que se reserva o direito de rejeitá-lo, caso não satisfaçam os padrões específicos, tudo em estrita consonância aos termos do Edital Convocatório e seus anexos.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Reparar, corrigir, remover, reconstituir, às suas expensas, no total ou em parte, bens e serviços objeto deste contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da sua execução, ou da má qualidade dos materiais empregados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Manter na obra ou serviço de engenharia o “livro diário” destinado ao registro das ocorrências e a comunicação com a Fiscalização da SEMEC.

a. Providenciar, junto aos órgãos competentes, sem ônus para a **CONTRATANTE**, todos os registros, licenças, autorizações, alvarás ou quaisquer outros documentos que se fizerem necessários e devidos aos serviços contratados, inclusive ART – Anotação de Responsabilidade Técnica;

b. Apresentar planilha-resumo à Fiscalização, a qual deverá conter a relação de todos os empregados terceirizados que prestam os serviços decorrentes deste contrato, com as seguintes informações: nome completo, número de CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências, horas extras trabalhadas.

c. Apresentar mensalmente as Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados para análise por parte da Fiscalização.

d. Fornecer os devidos equipamentos de proteção individual (EPI), na hipótese de ser constatada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, bem como realizar os pagamentos dos respectivos adicionais, sem qualquer ônus para a SEMEC.

e. Apresentar planilha-mensal que conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências.

f. Apresentar na planilha acima referida o número de dias e horas trabalhados efetivamente, devendo apresentar cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado, conforme Súmula 338/TST. Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deverá ser feita glosa da fatura.

g. Apresentar os comprovantes de pagamento dos salários, bem como demais verbas trabalhistas devidas.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

h. Respeitar as estabilidade provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária).

i. Declaração por escrito e assinada pelo representante legal da **CONTRATADA**, sujeitando-se às penas da lei, contendo relação explícita relativa à disponibilidade de máquinas, equipamentos e pessoal necessário para o imediato início dos serviços e sua total conclusão;

j. A **CONTRATADA** deverá manter no local de execução do objeto do contrato cópia da respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, com as alterações realizadas, quando for o caso, do Alvará da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao **CONTRATANTE**, a seu critério designar os servidores para exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da **CONTRATADA**, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDA– A existência e atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da **CONTRATADA** quanto à integridade e à correção da execução da obra a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES

Os atos praticados por licitantes ou contratados, contrários ao objetivo desta licitação ou de satisfação total ou parcial à obrigação assumida, sujeitam-se os faltosos às penalidades estabelecidas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, garantida, sempre a defesa prévia, recurso e vistas do processo na forma estabelecida pela lei, a saber:

- a) Multa de mora de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do serviço não realizado, por atraso injustificado na execução dos serviços, a juízo da Administração;
- b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

⇒ Advertência;

⇒ Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a juízo da administração.

⇒ Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

⇒ Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em caso de falta maior, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de sanção anteriormente mencionada.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a contratante poderá proceder à rescisão unilateral do Contrato, hipótese em que o contratado também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas a que se referem às alíneas “a” e “b” deste item, após regular processo administrativo, poderão ser descontadas da garantia do respectivo contratado, sendo que se as mesmas forem de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos, pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, nos termos do § 3º do artigo 86 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A defesa a que alude o caput deste item deverá ser exercida pelo interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo o interessado juntar documentos, na forma do art. 87, § 2º da Lei nº 8.666.93.

PRÁGRAFO QUARTO - A aplicação da pena de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique antes sanções previstas em lei.

PARÁGRAFO QUINTO - Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

PARÁGRAFO SEXTO - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificados e aceitos pela Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, o licitante vencedor ficará isento das penalidades mencionadas.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, exceto se previamente e formalmente autorizado pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato será rescindido nas hipóteses previstas nos **arts. 77 e 78 da Lei nº. 8.666/1993**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

Poderá este Contrato ser objeto de alteração, quando for de interesse das partes, observando-se as formalidades legais e mediante assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado na forma de extrato no Diário Oficial do Município de Belém, o qual será providenciado até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do art. 61, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 e art. 33 do Decreto nº 93.872/86, correndo a respectiva despesa à conta da **CONTRATANTE**.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO.

Fica eleito o foro da Justiça Estadual do Pará, Município de Belém, para dirimir qualquer dúvida ou pendência que possa surgir durante a execução do presente Contrato.

E, por assim estarem de acordo, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Belém, de de 2015.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SEMEC

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



